

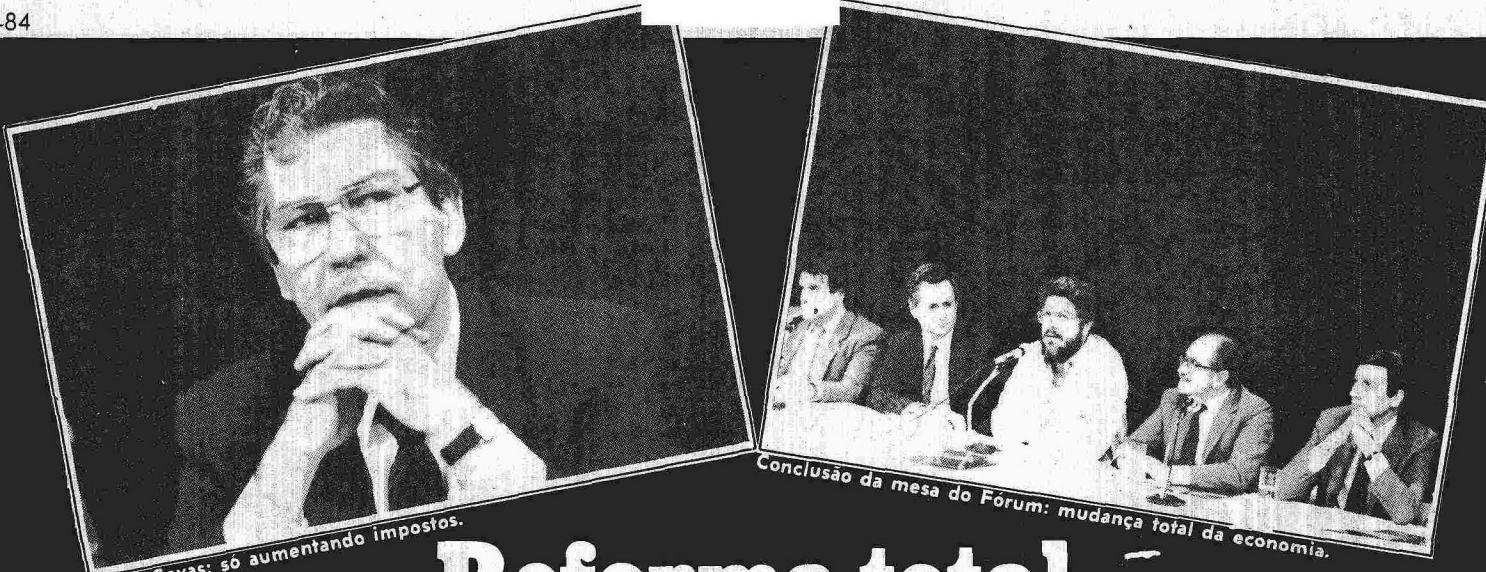
Houve consenso: o Brasil deve passar por uma urgente reformulação do seu modelo econômico-institucional, tomando por base a retomada do crescimento da economia nacional, através do fortalecimento do mercado interno; a negociação da dívida externa, em termos que reafirmem a soberania do Brasil; a adequada distribuição da carga tributária, de modo a compatibilizá-la com a efetiva capacidade contributiva de cada um dos segmentos da sociedade brasileira; o estabelecimento de controles eficazes à atuação do Executivo federal, sobretudo no que se refere ao controle da intervenção do Estado no domínio econômico; o fortalecimento do município, através da atribuição de competências tributárias plenas e privativas, de forma a possibilitar o suprimento de suas necessidades e a elaboração de uma efetiva política fiscal, que o habilite a enfrentar problemas como desemprego, crise habitacional e transporte urbano; e a criação de sistema nacional de transferências de receitas, capaz de viabilizar a integração nacional, pela efetiva redução dos desniveis regionais.

A reformulação do modelo econômico-institucional brasileiro foi uma das principais propostas retiradas pelos participantes do 1º Fórum São Paulo — realizado ontem no Centro Cultural São Paulo — que debatou a capacidade de investimentos dos municípios: recursos próprios, transferências e financiamentos. As outras propostas do Fórum são: que se faça uma imediata e progressiva tributação de ganhos de capital, sobretudo os que decorrem de acréscimo de patrimônio privado em razão de obra pública; e a assunção da dívida interna dos municípios pelo Tesouro Nacional, em face dos antecedentes históricos da concentração das receitas arrecadadas nas mãos da União.

O culpado

O modelo econômico deve ser mudado pois é ele — concluíram os debatedores — “o grande culpado pelo empobrecimento das cidades brasileiras, já que concentra nas mãos do governo federal a maior parcela de competências na área financeira e tributária, em detrimento das esferas de governo estadual e municipal”. Assim, uma reforma tributária que promova a justiça fiscal e garanta o desenvolvimento nacional só pode ser pensada a partir da reformulação do modelo econômico-institucional.

Os debates começaram pela manhã. Na parte da tarde, todos os debatedores — José Magalhães Teixeira, prefeito de Campinas, Walter Barelli, diretor do Dieese; Dílson Funaro, representante do Sindicato das Indústrias de Material Plástico; Lívio Amato, vice-presidente da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas; e Samir Karan, secretário de Finanças de Curitiba —



Reforma total na economia, única salvacão para nossas cidades.

A reformulação do modelo econômico é a principal proposta do 1º Fórum São Paulo, encerrado ontem. Mas as autoridades, empresários e especialistas pedem também a redução do Estado na economia e o fortalecimento efetivo dos municípios através de uma reforma tributária justa.

foram unânimes em criticar a concentração da grande parte dos recursos tributários nas mãos da União e em defender a reforma tributária.

Samir Karan afirmou que os problemas de Curitiba, nos campos financeiro, econômico e político, são os mesmos de São Paulo, “já que a transferência federal soma apenas 8% ao orçamento total do município. Podíamos até viver sem essa transferência”, disse, “já que ela é muito pequena”, acrescentando que “desde o começo da atual gestão, toda a vez que se procurou o âmbito federal, a procura de empréstimos, nada se obteve”.

— Só conseguimos a rolagem de nossa dívida externa, no final do ano passado. A reforma tributária é realmente urgente.

Compromissos descumpridos

Para Dílson Funaro o atual modelo econômico-institucional levou os municípios à asfixia. Considerando-se um “crítico coerente da política econômica adotada pelos governantes”, afirmou que ela além de causar a recessão, o desemprego, “fez com que deixássemos de cumprir os compromissos básicos de uma geração: alimentação, saúde e educação”.

— Se ocorrer, daqui para frente, um nível de crescimento de empregos da ordem de 5 a 6%, em 1991 estaremos dando o mesmo número de empregos que em 1980. Um dos problemas é que as prioridades municipais e estaduais não são as mesmas do governo federal. Acho que os prefeitos e

governadores têm a obrigação de se juntarem e enfrentarem esse problema em Brasília: a mudança das prioridades da Nação.

Lívio Amato assegurou que as empresas de obras públicas têm acompanhado a recente retração dos recursos municipais, para investimentos em obras e serviços, “o que provocou, de janeiro de 81 a janeiro deste ano, nas 300 empresas de obras públicas, das micro às especiais, uma queda de 43,6% na quantidade de mão-de-obra”.

— Só de janeiro de 83 a janeiro de 84, o nível de emprego caiu 37%. Quanto menores forem os recursos, menores serão nossas atividades. Por isso é indiscutível a necessidade de uma reforma tributária. Mas a hora é sombria para se buscar uma ampla refor-

ma. Deve-se começar com doses homeopáticas, para se tirar os Estados e municípios da insolvência em que se encontram.

Amato defendeu, em vista disso, uma redução dos custos administrativos do poder público, através da participação das empresas privadas, “para permitir uma folga nos seus investimentos”.

— Temos oferecido capital, equipamento e técnica ao poder público. No entanto, às vezes, o poder público lança editais para compra de equipamentos que as empreiteiras de obras públicas mantêm ociosos. O empresário está apto a executar determinados serviços, só que eles são feitos pelo sistema de execução direta.

A reforma tributária também foi pedida pelo prefeito de Campinas, que também defendeu as eleições diretas para presidente, “que então terá um compromisso com a reforma institucional e com a participação do povo no seu próprio destino”. Já Walter Barelli defendeu uma “maior justiça fiscal, cobrando mais impostos daqueles que podem pagar mais”.

— Há setores que podem pagar mais. Proponho que os impostos sejam aumentados para os bancos, para o grande comércio, pois eles podem ajudar a melhorar esta cidade.

Em julgamento

Rebatendo a colocação de Barelli, Funaro considerou que a justiça fiscal deve acontecer “dentro da somatória de impostos e não só dentro do município, já que os contribuintes não devem arcar com as loucuras do poder público, como foi o caso do aumento de sete para nove mil o número de empregos na Vasp, por causa da política de empreguismo do ex-governador Paulo Maluf”.

— É a péssima gestão do dinheiro público que deve ser julgada. E não fazer o contribuinte pagar por uma má gestão.

Pouco depois das 17 horas as discussões foram interrompidas pela chegada do governador Franco Montoro, que foi homenageado “por sua incansável luta em favor dos municípios brasileiros, da democratização e da descentralização”. Para Montoro, “é só com municípios fortes, com vida própria, com recursos suficientes, que nós teremos as bases de uma sociedade brasileira, em que o destino do País seja fixado pela nossa população e não por instruções de organismos internacionais”.

— O aspecto abordado neste Fórum, dos recursos municipais, fundamental. Esta é uma luta que une todas as municipalidades do País. Impõe-se uma reforma tributária nas linhas aqui propostas e ao mesmo tempo medidas que possam fortalecer os municípios. Não há Nação forte com municípios fracos.

Regina Helena Teixeira